

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 183ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 4 de novembro de 2025.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Sérgio Luiz Leite, Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Luiz Marinho, Vice-Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante do MTE; Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário-Executivo do Codefat; Sandro Pereira Silva, Secretário-Executivo do Codefat substituto; Camila Ferraz Peixoto Cavalcante, Conselheira Titular Representante da CC/PR; Júlio Costa Leite, Conselheiro Titular Representante do BNDES; Edilson Urbano da Silva, Conselheiro Suplente Representante do MDIC; Felipe Soares Ludovice, Conselheiro Suplente Representante do MF; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; Joílson Antonio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; Tacimer Kulmann da Silva, Conselheiro Titular Representante da CSB; Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Conselheiro Suplente Representante da NCST; Sebastião Antunes Duarte, Conselheiro Titular Representante da CNTur; Caio Mário Alvares, Conselheiro Titular Representante da CNT; Marcelo Viana Paris, Conselheiro Suplente Representante da CONSIF; e, Rhuan Rafael Lopes de Oliveira, Conselheiro Suplente Representante da CNA.

CONVIDADOS: Vladyson Viana, Presidente do FONSET; e, Ricardo Augusto Panquestor Nogueira, Consultor Jurídico do MTE.

1 Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, teve início a Centésima Octogésima
2 Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat),
3 sob a direção do Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical, Sr.
4 Sérgio Luiz Leite. **I – ABERTURA:** O Presidente cumprimentou a todos e, em seguida, solicitou ao
5 Secretário-Executivo do Codefat substituto que conduzisse os trabalhos. O Secretário-Executivo do
6 Codefat substituto, Sr. Sandro Pereira Silva, passou ao **tópico II – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO:**
7 **ITEM 1 - Ata da 182ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de agosto de 2025. O Secretário-Executivo**
8 **do Codefat substituto indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em**
9 **votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.** Observou que a ata ora aprovada seria
10 disponibilizada posteriormente para assinatura dos Conselheiros, via Processos SEI nº
11 19955.202959/2025-93. Ressaltou a necessidade de os Conselheiros assinarem as atas que já foram

12 aprovadas, e que se encontravam no Sistema SEI, acrescentando que qualquer dúvida ou problema
13 no acesso poderia ser comunicada pelo e-mail institucional da Secretaria Executiva do Codefat
14 (codefat@trabalho.gov.br). Na sequência, após consulta aos conselheiros, promoveu a inversão de
15 pauta, passando ao **tópico IV – ASSUNTOS PARA APRESENTAÇÃO: ITEM 11 - Tema: Processo de**
16 **habilitação do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal no MTE, pela Secretaria de Proteção ao**
17 **Trabalhador - SPT/MTE**. O Presidente destacou que a transição do processo de habilitação do Seguro-
18 Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o
19 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), visava assegurar que o benefício chegasse somente a quem
20 de direito. Destacou que o MTE já possuía expertise em batimento de dados do seguro-desemprego a
21 fim de identificar eventuais fraudes, acrescentando que a Controladoria-Geral da União (CGU) havia
22 realizado um trabalho de inteligência que apontou a possível atuação de quadrilhas fraudando o
23 benefício do SDPA. Observou que qualquer cidadão poderia ter carteira de pescador, mas que
24 somente aqueles que vivessem exclusivamente da pesca, sem outra fonte de renda, poderiam
25 requerer o benefício do SDPA. O Diretor de Gestão de Benefícios substituto (DGB/SPT/MTE), Sr.
26 Márcio Alves Borges, registrou que aguardavam a publicação de uma Medida Provisória que trataria
27 da transferência do INSS para o MTE, para períodos de defeso iniciados a partir de 1º de novembro de
28 2025, a competência de receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários do seguro-
29 desemprego do pescador artesanal, conforme os procedimentos, os critérios e as validações
30 estabelecidos em resolução do Codefat. Declarou que esta alteração representaria uma mudança
31 estrutural no gerenciamento do benefício, com impactos diretos nos processos operacionais, exigindo
32 adequações normativas, sistêmicas e administrativas para que a transição ocorresse de maneira
33 eficaz e transparente, assegurando a continuidade do pagamento aos pescadores beneficiados.
34 Destacou que entre as inovações a serem trazidas pela MP, destacava-se a exigência de novos
35 critérios de elegibilidade e procedimentos operacionais que seriam regulamentados por resolução
36 específica. Ponderou que um ponto de destaque seria a obrigatoriedade de cruzamento automático
37 de informações entre sistemas do governo, como o Cadastro Geral da Pesca, Receita Federal,
38 CadÚnico e Previdência Social, garantindo maior eficiência na habilitação dos beneficiários. O
39 Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as
40 inscrições para manifestação. O Secretário-Executivo do Codefat, Sr. Carlos Augusto Simões Gonçalves
41 Júnior, declarou que a referida MP se encontrava na iminência de ser publicada no Diário Oficial da

42 União, acrescentando que já havia informado ao Presidente sobre a necessidade de realização de
43 uma reunião extraordinária do Codefat para deliberar minuta de resolução tratando do tema. O
44 Conselheiro Titular Representante da CTB, Sr. Joílson Antonio Cardoso do Nascimento, destacou a
45 importância do retorno do processo de habilitação do SDPA para o MTE, dada a expertise do
46 Ministério na habilitação das demais modalidades do seguro-desemprego. O Conselheiro Titular
47 Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, ressaltou que o SDPA, nos
48 últimos anos, vinha disparando alerta ao Codefat em virtude de recorrentes notícias de fraudes no
49 benefício, acrescentando que o retorno do processo de habilitação para o MTE permitiria buscar o
50 aprimoramento da política e minimizar eventuais pagamentos fraudulentos. Indagou se a gestão do
51 processo de habilitação do SDPA seria compartilhada com Estados/Municípios. O Ministro e
52 Conselheiro Titular Representante do MTE, Sr. Luiz Marinho, esclareceu que uma das condições para
53 que o Ministério retomasse esse processo de habilitação foi a de que teria a exclusividade na sua
54 gestão. Em seguida, informou que precisaria se ausentar para atender outra agenda. Prosseguindo, o
55 Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **ITEM 3 - Proposta de Resolução que estabelece**
56 **o custo aluno/hora médio para as ações no âmbito do Programa Manuel Querino de Qualificação**
57 **Social e Profissional – PMQ.** A Diretora de Qualificação Social e Profissional (DEQ/SEMP/MTE), Sra.
58 Cristina Kavalkievcz, relatou que a proposta em tela visava estabelecer custo aluno/hora diferenciado
59 para a qualificação de pessoas com deficiência (PcD), no valor de até R\$32,00, mantendo-se o valor de
60 até R\$16,00 para o público em geral. Registrou que o sucesso da inclusão socioproductiva de PcD
61 estava diretamente relacionada com o curso de qualificação social e profissional inclusivo, o qual
62 dependeria da visão que se tinha da deficiência, não como um problema a ser corrigido, mas como
63 um aspecto da diversidade humana, que exigia um ambiente, método de ensino e equipamentos
64 adequados, bem como profissionais formados para trabalhar com essa diversidade. O Secretário-
65 Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Suplente
66 Representante da NCST, Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, indagou se o valor de R\$32,00
67 contemplaria todos os elementos necessário para atender o público. O Conselheiro Titular da UGT
68 ponderou que talvez para algumas localidades esse valor não fosse suficiente, ressaltando a
69 necessidade de se ter projetos específicos de qualificação social e profissional para PcD. O Presidente
70 destacou que a proposta em tela seria no sentido de estabelecer valor diferenciado para a
71 qualificação de PcD. A Diretora do DEQ informou que buscaria uma redação que atendesse essa

72 questão de projetos especiais de qualificação profissional para PcD. O Secretário-Executivo do
73 Codefat informou que aguardariam a proposta de redação do DEQ visando contemplar a demanda
74 apresentada pelo Conselheiro Titular da UGT. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou
75 se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido
76 aprovado por unanimidade dos presentes, acrescido de projetos especiais para PcD, conforme
77 solicitado pelo Conselheiro Titular da UGT. Em seguida, retomou à sequência da pauta, passando ao
78 **ITEM 2 - Proposta de Resolução que altera a Resolução Codefat nº 995, de 15 de fevereiro de 2024,**
79 **que institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ, voltado ao**
80 **desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a**
81 **contribuir com a formação geral, o acesso e a permanência no mundo do trabalho.** A Diretora do
82 DEQ relatou que a proposta em tela visava incluir a seguinte modalidade de qualificação no âmbito do
83 PMQ: Capacitação e Treinamento Profissional. Ressaltou que a possibilidade de capacitação e
84 treinamento profissional por meio de cursos de curta duração (horas ou poucos dias), serviria tanto
85 para o trabalhador sem qualificação, sendo seu primeiro curso formal, como para o trabalhador
86 qualificado, permitindo-lhes adquirir novas habilidades, bem como aumentar a autoconfiança e a
87 satisfação no trabalho. O Secretário-Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições para
88 manifestação. O Conselheiro Titular da UGT parabenizou o Ministério pela proposta em tela,
89 ressaltando que os executores da qualificação profissional conheciam quais eram os processos mais
90 sensíveis. O Presidente do Fonset, Sr. Wladyson Viana, declarou que considerava acertada a decisão
91 do MTE de abrir essa nova possibilidade de qualificação profissional, observando que a flexibilização
92 da carga horária permitiria maior efetividade da política. O Conselheiro Titular da CTB destacou que a
93 proposta em tela colocaria o MTE como indutor da política de qualificação profissional, pois admitiria
94 o atendimento de maior número de trabalhadores. O Secretário-Executivo do Codefat substituto
95 indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido
96 aprovado por unanimidade dos presentes. Prosseguindo, passou ao **ITEM 4 - Proposta de Resolução**
97 **que altera a Resolução Codefat nº 780, de 14 de dezembro de 2016, que estabelece diretrizes**
98 **básicas para a Padronização da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE.** O
99 Diretor de Trabalho, Emprego e Renda (DER/SEMP/MTE), Sr. Tiago Oliveira Motta, relatou que a
100 proposta em tela visava atualizar o Manual de Uso da Logomarca do Sine, bem como inserir a
101 logomarca da Casa do Trabalhador. O Secretário-Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições

para manifestação. O Presidente do Fonset observou como fundamental que se tivesse um sentimento de pertencimento, acrescentando que esperava que essa atualização da logomarca representasse uma estratégia de fortalecimento do Sine. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, após consulta aos conselheiros, promoveu a inversão de pauta, passando ao **ITEM 8 - Proposta de Resolução que dispõe sobre a autorização de remanejamento de recursos do Orçamento do FAT, do exercício de 2025, para suplementar a Ação Orçamentária 2021.** O Diretor do DER relatou que a proposta em tela visava autorizar que o saldo de recursos da Ação 20JT (Gestão da Rede Sine), no montante de R\$1,32 milhão, pudesse ser remanejado para a ação 20Z1 (Qualificação Social e Profissional), objetivando permitir a pactuação de mais vagas para a qualificação do trabalhador. O Secretário-Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições para manifestação. O Presidente do Fonset registrou que o governo estadual do Ceará investia cerca de R\$25,0 milhões de recursos próprios na Rede Sine e, em seguida, fez um apelo para que todos trabalhassem no sentido de se aprovar maior volume de recursos para essa ação, dada a sua importância para a implementação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda em todo o território nacional. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Prosseguindo, após consulta aos conselheiros, promoveu inversão de pauta, passando ao **tópico III – ASSUNTO PARA DISCUSSÃO: ITEM 9 - Reativação da linha de crédito especial FAT Taxista.** O Conselheiro Titular da UGT observou que a linha FAT Taxista havia sido criada em 2009 e que apresentou bom desempenho, ressaltando que em 2022, em decorrência da pandemia de coronavírus, ocorreu a sua suspensão. Destacou que recentemente o governo havia baixado uma Medida Provisória permitindo que o alvará de taxi ficasse para o seu sucessor, o que voltou a ser um incentivo para a atividade de taxista. Ponderou que, diante do exposto, a categoria estava recorrendo ao Codefat no sentido de ser estudada a criação de uma nova linha de crédito, com taxas de juros acessíveis, voltada à aquisição de veículos novos para a atividade de taxista, dado que as taxas atualmente praticadas pelas instituições financeiras eram abusivas. O Secretário-Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições para manifestação. O Secretário-Executivo do Codefat relatou que a SPT elaborou um resumo sobre a linha de crédito FAT Taxista, que seria distribuído a todos os conselheiros. Observou que ainda se encontrava pendente de manifestação pelo Tribunal de Contas

132 da União (TCU), consulta formulada pelo Ministério quanto a possibilidade de operacionalizar os
133 depósitos especiais do FAT de forma não orçamentária. Ponderou que caso o TCU sinalizasse
134 positivamente, precisariam discutir se as taxas de juros a serem aplicadas aos financiamentos no
135 âmbito dos depósitos especiais seriam competitivas e atraentes para as instituições financeiras e os
136 tomadores de crédito. O Conselheiro Titular da UGT solicitou que a presente demanda dos taxistas
137 fosse encaminhada ao setor competente do MTE para manifestação. Em seguida, o Secretário-
138 Executivo do Codefat substituto retomou à sequência da pauta, passando ao **ITEM 5 - Proposta de**
139 **Resolução que dispõe sobre as diretrizes e critérios de operacionalização das aplicações dos**
140 **recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento**
141 **Econômico e Social, de que trata o §1º do art. 239 da Constituição Federal.** O Técnico do BNDES, Sr.
142 Altino Guilherme Bastos Joia, destacou que a proposta em tela visava incluir a possibilidade de
143 aplicação dos recursos do FAT por meio de um Fundo de Investimentos Exclusivo, que teria o BNDES
144 como gestor e único cotista, para aquisição primária de debêntures, mantidos os critérios e a
145 sistemática de remuneração pelo BNDES ao FAT previstos na Lei nº 13.483, de 2017. Observou que a
146 aplicação por meio do Fundo de Investimentos Exclusivo reduziria o custo do crédito em operações
147 com recursos do FAT e permitiria que o fundo participasse dos financiamentos de programas que
148 visassem o desenvolvimento econômico e social do Brasil, conforme previsto na Lei de Diretrizes
149 Orçamentárias (LDO) e na Política de Aplicação dos Recursos do FAT. Destacou que o uso de tal
150 instrumento poderia potencializar o uso de recursos do FAT no apoio a projetos relevantes com
151 impacto para o desenvolvimento da infraestrutura nacional, fortalecendo a política pública, em linha
152 com os objetivos do FAT. O Secretário-Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições para
153 manifestação. O Conselheiro Titular Representante da CNT, Sr. Caio Mário Alvares, indagou quem
154 arcaria com eventual prejuízo ou inadimplência. O Conselheiro Suplente da NCST indagou se o Fundo
155 de Investimentos Exclusivo alteraria a forma de operacionalização dos recursos do FAT. O Conselheiro
156 Titular Representante do BNDES, Sr. Júlio Costa Leite esclareceu que não haveria nenhuma mudança
157 nos retornos de recursos do FAT, sendo todos os riscos assumidos pelo Banco, acrescentando que
158 seria mantida a sistemática de operacionalização dos recursos do Fundo. Declarou que o BNDES
159 sempre procurava otimizar os recursos de todas as fontes sob a sua gestão. O Conselheiro Titular da
160 UGT destacou que o Codefat sempre trabalhava no sentido de colaborar com os parceiros, visando
161 maximizar a operacionalização dos recursos do FAT. Observou que o BNDES, atualmente, estava

apresentando maior interação com o Conselho, parabenizando o Banco por essa postura e destacando a importância dessa aproximação para todos. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Na sequência, passou ao **ITEM 6 - Proposta de Resolução que altera a Resolução Codefat nº 439, de 2 de junho de 2005, que dispõe sobre a alocação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, em depósitos especiais remunerados.** A Coordenadora-Geral do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CGFAT/DGF/SPT/MTE), Sra. Suely Barrozo Lopes, relatou que a proposta em tela visava atualizar o nome das unidades do MTE responsáveis pela aprovação dos Planos de Trabalho e pelo acompanhamento das aplicações de recursos do FAT em depósitos especiais remunerados. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Prosseguindo, após consulta aos conselheiros, promoveu inversão de pauta, passando ao **ITEM 10 - Tema: Boletim de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – 3º Trimestre de 2025, dados atualizados, pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho – SEET/SE/MTE.** A Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho (SEET/SE/MTE), Sra. Paula Montagner, apresentou alguns dados conjunturais: I) População Economicamente Ativa – PEA: 108,57 milhões de pessoas; II) quantidade de ocupados: 102,32 milhões de pessoas; III) taxa de desocupação: 5,80%; IV) taxa de informalidade: 37,8%; e, V) quantidade de empresas optantes pelo Microempreendedor Individual - MEI: 16,26 milhões de empresas. Observou que foi realizado estudo sobre o processo de pejetização no Brasil, a partir da base de dados do eSocial, onde se buscou todos os trabalhadores desligados no período de janeiro de 2022 a julho de 2025, para efetuar o cruzamento dos CPF de tais trabalhadores com os dados do CNPJ, objetivando identificar quais deles passaram a constar como sócios ou responsáveis por alguma empresa ou MEI, e filtrando-se os casos em que as PJ/MEI foram abertas após o desligamento, somado às hipóteses em que sócios aderiram à sociedade, também após à extinção do vínculo de emprego. Registrou que o referido estudo constatou que dos 5,5 milhões de desligamentos, 4,4 milhões se tornaram MEIs, 936 mil estavam no Simples e 335 mil em outras situações jurídicas. Na sequência, declarou que no acumulado de janeiro a setembro de 2025 foi registrado 20.763.679 admissões de empregos formais, e 19.047.079 desligamentos, resultando um saldo positivo de 1.716.600 empregos, sendo 1.337.565 empregos típicos e 379.035 empregos não típicos. Esclareceu que eram considerados não-típicos os

trabalhadores aprendizes, intermitentes, temporários, contratados por CAEPF (Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física) e com carga horária até 30 horas. Prosseguindo, informou os principais dados da intermediação de mão de obra: I) trabalhadores inscritos: 1.104.704; II) vagas oferecidas: 642.470; III) encaminhamentos realizados: 1.591.288; IV) trabalhadores colocados: 173.689; V) trabalhadores segurados colocados: 19.966; VI) taxa de eficiência dos encaminhamentos - colocados/encaminhados: 10,91%; VII) taxa de eficiência dos encaminhamentos dos requerentes do seguro-desemprego: 8,33%; VIII) taxa de adequação do perfil das vagas - colocados/vagas: 27,03%; e, IX) taxa de esforço na captação de vagas - vagas/inscrições + ativações: 57,80%. Observou que no 3º trimestre de 2025, em média, 80,6% dos requerimentos do seguro-desemprego foram solicitados via web, destacando, que nesse trimestre também foram registrados 123.702.300 acessos à Carteira de Trabalho Digital e índice de 90% de satisfação dos usuários. A Subsecretária da SEET finalizou, apresentando dados relativos ao processo de reconhecimento na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da ocupação de Motorista de Aplicativo: i) formalização da demanda - conselheiros CODEFAT e reunião em 04/09 solicitada pelo Sr. Miguel Torres e realizada com Sra. Sol Correa e motoristas de aplicativos de diferentes unidades da federação - MTE/DCBO; ii) elaboração de estudo de escopo preliminar, com o objetivo de analisar a ocupação Motorista de Aplicativo, atividade que emergiu de forma expressiva no mercado de trabalho brasileiro - MTE/DCBO; iii) fase atual: entrevistas com especialistas - Motoristas de Aplicativos - FIPE/USP; iv) reunião virtual com um grupo de profissionais - Motoristas de Aplicativos - FIPE/USP; v) padronização de conteúdo pela equipe técnica da DCBO; e, vi) publicação na CBO - disponibilização da codificação na CBO - previsto para fevereiro de 2026. A Subsecretária da SEET finalizou, destacando que as estatísticas do trabalho estavam disponíveis para consulta no Portal do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho: <http://pdet.mte.gov.br/>. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu à expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Suplente da NCST indagou quando que seria enviado o arquivo final do Boletim do 3º Bimestre, dado que constava do material de reunião apenas a apresentação. A Subsecretária da SEET relatou que o Boletim estava em fase de conclusão, o qual, após finalizado, seria encaminhado à Secretaria Executiva do Codefat para envio aos conselheiros. Em seguida, o Secretário-Executivo do CODEFAT substituto retomou a sequência da pauta, passando ao **ITEM 7 - Proposta de Resolução que dispõe sobre a aplicação do processo de Gestão de Riscos do Ministério do Trabalho e Emprego nas**

políticas públicas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O Coordenador-Geral de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CGRFAT/DGF/SPT/MTE), Sr. Paulo César Bezerra de Souza, relatou que a proposta em tela visava atender recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU) constante do Relatório de Auditoria nº 817228 - Avaliação do FAT do exercício 2019: 4 - Ao CODEFAT - *Deliberar, em conjunto com o Ministério da Economia, acerca da conveniência e oportunidade de se estabelecer Política de Gestão de Riscos específica do FAT, ou utilizar a Política de Gestão de Riscos do Ministério da Economia. Após a definição da estratégia de atuação, implementar medidas para garantir a atuação integrada e coordenada das instâncias de gestão do FAT e o reporte dos resultados ao Conselho, de modo que os riscos relativos às Políticas Públicas financiadas com recursos do FAT sejam adequadamente gerenciados, considerando os objetivos previstos no Planejamento Estratégico.* Observo que a CGU reiterou a mencionada recomendação, estabelecendo a data de 31.10.2025 para manifestação quanto às medidas adotadas para implementação da recomendação. Em seguida, o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MTE), Cláudio Antonio de Almeida Py, declarou que havia 78 processos de trabalho no MTE, dos quais 26 eram obrigatórios, ou seja, eram objeto de gestão de riscos, assim distribuídos: i) Finalístico: 29 processos, e 20 obrigatórios; ii) Governança: 27 processos, e 1 obrigatório; e, iii) Suporte: 22 processos, e 5 obrigatórios. Listou os 26 processos obrigatórios por unidade do MTE: a) SPT – 3 processos: gestão da emissão da CTPS, gestão do seguro-desemprego, e gestão do abono salarial; b) SENAES – 3 processos: apoio e promoção da economia popular e solidária, promoção de ações de formação cidadã em economia popular e solidária, e promoção da institucionalidade, visibilidade e capilaridade da economia popular e solidária; c) DTI – 3 processos: provimento de soluções de TIC, gestão de serviços, infraestrutura e segurança de TIC, e gestão da aquisição de bens e contratação de serviços de TIC; d) SEMP – 7 processos: gestão de programas de qualificação social e profissional, promoção de aprendizagem profissional, gestão das ações e serviços do Sine, gestão do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, gestão do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO, gestão de transferências do Fundo a Fundo, e gestão de convênios e instrumentos congêneres; e) SEET – gestão do Quadro Brasileiro de Qualificação – QBB, gestão da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, gestão do eSocial, gestão do Cadastro de Empregados e Desempregados – CAGED e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, e produção e disseminação de estatísticas e informações sobre mercado de trabalho; f) SIT – 4 processos: planejamento das ações de fiscalização

do trabalho, fiscalização do trabalho, gestão do contencioso administrativo de ações fiscais, e gerenciamento da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho; e, g) SRT – 1 processo: promoção à mediação e negociação coletiva. Em seguida, informou as instâncias que integravam o Sistema de Governança do MTE: i) Comitê de Governança Estratégica – CGE; ii) Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica; iii) Comitê de Governança Administrativa; iv) Comissão Executiva do Programa de Integridade do MTE; v) Instâncias de Supervisão de Gestão de Riscos e Controles Internos; vi) Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação; e, vii) Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação e Comunicação. O Chefe da AECI finalizou, observando que as instâncias de supervisão tinham a função de assessorar o Comitê de Governança Estratégica - CGE nas atividades de gestão de riscos e controles internos, conforme a seguir: a) Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos – CGRC: Assessoria Especial de Controle Interno; b) Unidade de Gestão de Riscos e Controles Internos – UGR: Dirigente Máximo da Unidade responsável pelo processo de trabalho, e dirigentes, coordenadores e servidores da unidade responsável pelo processo de trabalho, bem como servidores da unidade com capacitação nos temas afetos a riscos e controles internos; e, c) Gestor de Processos: coordenador responsável pela execução de um determinado processo de trabalho, inclusive sobre a gestão de riscos e controles internos. O Secretário-Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições para manifestação. A Coordenadora-Geral da CGFAT registrou que a CGU havia apontado que caberia ao Codefat indicar quais os processos do FAT mereceriam ser submetidos à análise de riscos. Declarou que a proposta em tela visava aprovar a adesão do FAT ao processo de gestão de riscos do MTE. O Conselheiro Suplente da NCST indagou se a adesão em referência implicaria em algum custo para o FAT, e se já havia alguma análise de riscos sobre ações do Fundo. O Secretário Executivo do Codefat substituto relatou que a presente proposta de adesão não teria nenhum custo para o FAT, sendo arcada com recursos do MTE. O Presidente esclareceu que o MTE já tratava da gestão dos riscos das ações do FAT, acrescentando que em atendimento à recomendação da CGU, passaria a ter uma gestão mais específica e qualificada. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Prosseguindo, o Secretário-Executivo do Codefat substituto retomou à sequência da pauta, passando ao **tópico V - OUTROS ASSUNTOS: ITEM 12 - Entrega dos seguintes documentos: 12.1. Resumo das discussões da 179ª Reunião Ordinária do GTFAT, realizada em 15.10.2025**, elaborado pela

282 Coordenação-Geral do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CGFAT/DGF/SPT/MTE; 12.2. Boletim de
283 Informações Financeiras do FAT – 4º Bimestre de 2025, elaborado pela Coordenação-Geral de
284 Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CGRFAT/DGF/SPT/MTE; e, **12.3. Relatório Bimestral**
285 **de Acompanhamento da Programação Anual de Aplicação de Recursos do FAT Constitucional**,
286 elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O Secretário-
287 Executivo do Codefat substituto informou que os documentos e arquivos da presente reunião se
288 encontravam disponíveis no processo SEI nº 19955.204174/2025-55. **ENCERRAMENTO:** Nada mais
289 havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a
290 presença de todos. E, para constar, eu, Sandro Pereira Silva, Secretário-Executivo do Codefat
291 substituto, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do Codefat,
292 demais membros do Colegiado, e por mim.

SÉRGIO LUIZ LEITE
Presidente do Codefat e
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

LUIZ MARINHO
Vice-Presidente do Codefat e
Conselheiro Titular Representante do MTE

SANDRO PEREIRA SILVA
Secretário-Executivo do Codefat substituto

CAMILA FERRAZ PEIXOTO CAVALCANTE
Conselheira Titular Representante da CC/PR

JÚLIO COSTA LEITE
Conselheiro Titular Representante do BNDES

EDILSON URBANO DA SILVA
Conselheiro Suplente Representante do MDIC

FELIPE SOARES LUDUVICE
Conselheiro Suplente Representante do MF

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da UGT

JOÍLSON ANTONIO CARDOSO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da CTB

Continuação da Ata da 183ª Reunião Ordinária do Codefat

TACIMER KULMANN DA SILVA

Conselheiro Titular Representante da CSB

GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO

Conselheiro Suplente Representante da NCST

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE

Conselheiro Titular Representante da CNTur

CAIO MÁRIO ALVARES

Conselheiro Titular Representante da CNT

MARCELO VIANA PARIS

Conselheiro Suplente Representante da CONSIF

RHUAN RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA

Conselheiro Suplente Representante da CNA